

FIESP **CIESP**

CPMF 2011

Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos





IMPACTO DA CPMF NA ECONOMIA

Volta da CPMF é uma contribuição IMPOPULAR

- Tema é bastante impopular para ser tratado em início de Governo.
- Pesquisa encomendada pela FIESP (*Ipsos*), entrevistando cerca de 1000 pessoas, apontou que apenas **22%** dos entrevistados foi contra sua queda em 2008.

Apenas 2% dos entrevistados mencionou que é a favor da criação de novos tributos em substituição à CPMF.

CPMF apresenta elevada regressividade: Famílias de Baixa Renda pagam mais que o dobro que altas rendas

Carga Tributária Direta e Indireta sobre a Renda Total das Famílias

Renda Familiar	Carga Tributária em % da Renda familiar		
	Sem CPMF (a)	CPMF (b)	Total (a+b)
até 2 s.m.	48,8	2,2	51,0
2 a 3	38,0	1,7	39,7
3 a 5	33,9	1,5	35,4
5 a 6	32,0	1,4	33,4
6 a 8	31,7	1,3	33,0
8 a 10	31,7	1,3	33,0
10 a 15	30,5	1,2	31,7
15 a 20	28,4	1,2	29,6
20 a 30	28,7	1,1	29,8
mais de 30	26,3	1,0	27,3

Fonte: Zockun, M. H.; Boletim de informações FIPE dez. 2007. (disponível em: http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2007/12_14-15-zoc.pdf)

Para famílias mais pobres, CPMF retira até R\$ 22/mês de suas rendas.

Contrariedade aos atuais Programas Sociais.

CPMF possui ineficiência arrecadat6rio ao elevar taxas de juros

- Arrecadao6o obtida tem car6ter fict6cio uma vez que os gastos s6o ampliados devido 6 eleva66o dos juros
- Pr6prio BC* mostrou evid6ncias emp6ricas que uma CPMF de 0,38% causa eleva66o nos juros reais de 0,93%
- Considerando-se que o estoque dos T6tulos P6blicos Federais atualmente 6 de R\$ 1.659,8 bilh6es, a cria66o da CPMF gera um aumento no endividamento do Governo de R\$ 15,4 bilh6es ao ano.
- Aumento dos juros reais cobrados no cheque especial, no hot money e no cr6dito 6 pessoa f6sica em, respectivamente, 6%, 4,7% e 3,3% ao ano*

* Dispon6vel em <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps21.pdf>

Queda da CPMF contribuiu para redução da Inflação

- A inflação em janeiro de 2008 desacelerou em relação a dezembro de 2007, como a FIESP previa na campanha contra a CPMF.
- IPA (Índice Geral de Preços no atacado) de dezembro de 2007 = 1,9% contra 1,08% em janeiro de 2008.
- IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) de dezembro de 2007 = 0,74% contra 0,54% em janeiro de 2008.

CPMF de 0,38% causou perdas de 1% do PIB.

- Estudo do Banco Mundial (Raising Revenue with Transaction Taxes in Latin America, por Rodrigo Suescún) estima que fim da CPMF poderia aumentar o PIB em 1%.
- O crescimento do PIB em 2007 foi de 5,7%, e se não fosse a crise financeira internacional a economia brasileira cresceria perto de 7% em 2008.
- Crescimento esperado para 2011 é de 3,7%

CPMF: Argumento fiscalizatório não se sustenta pois foram criados outros mecanismos.

- No final de 2007, Receita Federal já estava preparada para fim do efeito fiscalizatório da CPMF.
- Instrução Normativa da Receita Federal 802/2007 prevê que Instituições Financeiras informem todas as transações financeiras que ultrapassem R\$ 5.000 para pessoas físicas e R\$ 10.000 para Jurídicas



FIM DA CPMF E IMPACTO NAS CONTAS PÚBLICAS

Após o Término da CPMF (2008), arrecadação de tributos cresceu R\$ 70,3 bilhões comparado com 2007.

Variação Nominal das Despesas, Receitas do Governo Central e PIB

<i>Ano</i>	<i>Receita Líquida</i>	<i>Despesa Total</i>	<i>Resultado Primário</i>	<i>PIB</i>
2004/2003	55.628	45.408	10.219	241.551
2005/2004	52.380	49.007	3.374	205.741
2006/2005	46.287	50.212	-3.925	222.244
2007/2006	62.543	53.641	8.902	291.861
2008/2007	70.312	42.283	28.029	370.520
2009/2008	28.041	74.284	-46.243	153.262
2010/2009	167.474	127.863	39.611	489.838
2011*/2010	162.473	77.007	85.466	435.078

* Estimativa Depecon
Fonte: Tesouro Nacional

Receita cresceu acima do PIB, mesmo após a queda da CPMF em 2008.

Variação Real das Despesas (IPCA), Receitas do Governo Central e PIB

<i>Ano</i>	<i>Receita Líquida</i>	<i>Despesa Total</i>	<i>Resultado Primário</i>	<i>Variação do PIB (Real)</i>
2004/2003	10,4%	9,3%	17,2%	5,7%
2005/2004	8,7%	9,9%	1,1%	3,2%
2006/2005	8,1%	10,8%	-10,3%	4,0%
2007/2006	9,0%	8,5%	13,2%	6,1%
2008/2007	7,4%	3,2%	40,3%	5,2%
2009/2008	0,5%	10,2%	-55,9%	-0,6%
2010/2009	20,3%	15,5%	89,3%	7,5%
2011*/2010	16,2%	6,7%	100,0%	3,7%

* Estimativa Depecon
Fonte: Tesouro Nacional

Arrecadação prevista de tributos 2012 de R\$ 1,1 trilhão. Não há necessidade de tributos adicionais.

Projeto de Lei Orçamentária 2012

Composição da Receita e Despesa Primária (bilhões de R\$)

<i>Descrição</i>	<i>2012</i>
<i>RECEITA TOTAL</i>	<i>1.097,3</i>
Transferências Estados e Municípios	181,2
Receita Líquida	916,1
<i>DESPESA TOTAL</i>	<i>838,0</i>
Despesas Obrigatórias	607,1
Despesas Discricionárias	230,9

Fonte: Ministério do Planejamento - PLOA 2012.

Crescimento da arrecadação acima do PIB causa elevação da carga tributária, mesmo sem CPMF

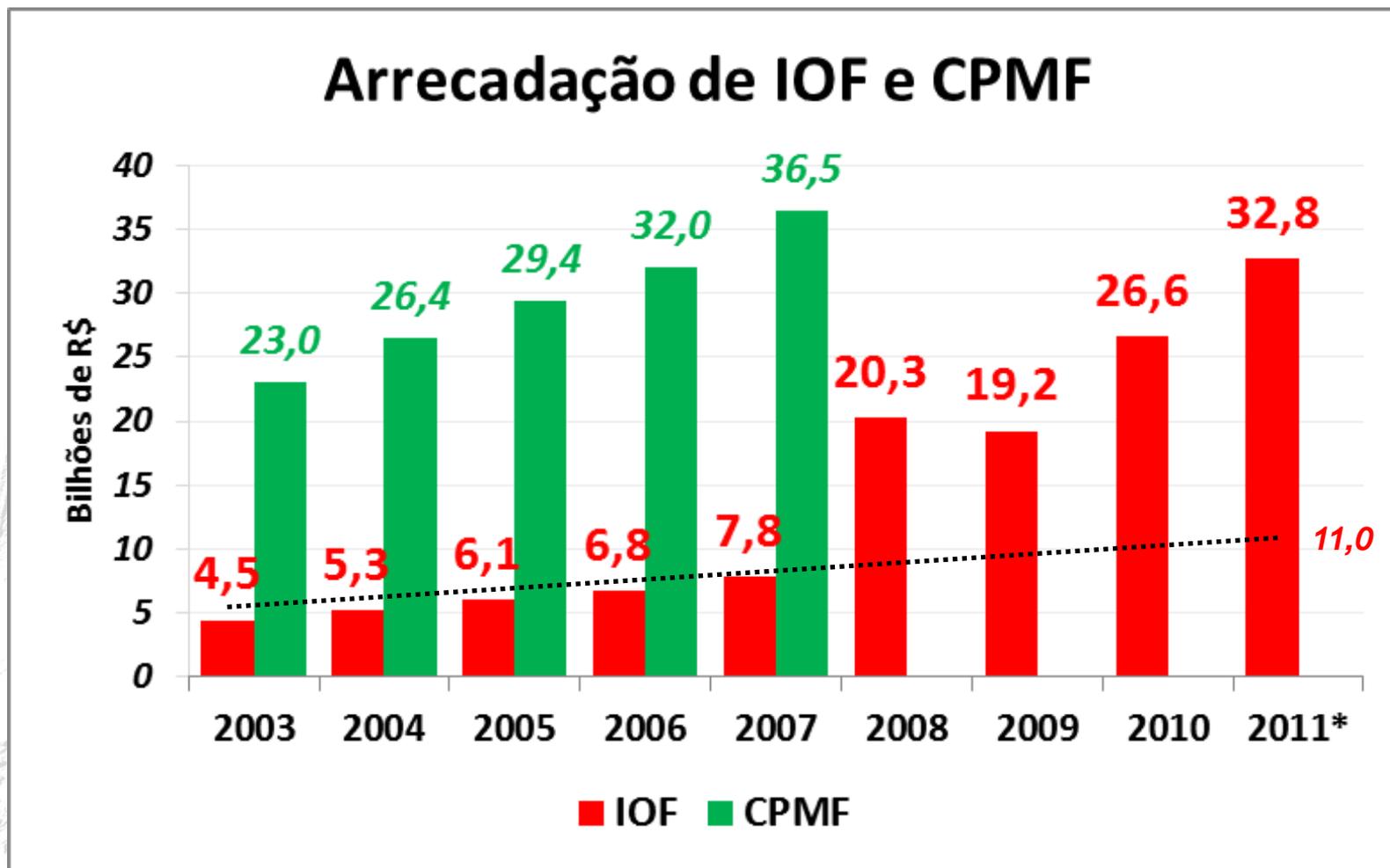
Despesas, Receitas e Resultado Primário do Governo Central em Relação ao PIB (%)

<i>Ano</i>	<i>Receita Líquida</i>	<i>Despesa Total</i>	<i>Resultado Primário</i>
2003	17,4%	15,1%	2,3%
2004	18,1%	15,6%	2,5%
2005	18,8%	16,4%	2,5%
2006	19,0%	17,0%	2,1%
2007	19,3%	17,1%	2,2%
2008	19,2%	16,4%	2,8%
2009	19,2%	18,0%	1,2%
2010	21,2%	19,0%	2,2%
2011*	22,9%	18,9%	4,0%

* Estimativa Depecon

Fonte: Tesouro Nacional

Ampliação da IOF em Janeiro de 2008 praticamente já compensou perdas da CPMF



* Estimativa Depecon

Fonte: Tesouro Nacional



**GASTOS SOCIAIS E
INVESTIMENTO PÓS-CPMF:**

**NENHUMA ÁREA PRIORITÁRIA FOI
AFETADA**

Assistência Social cresce tanto em valores quanto em Participação no PIB em relação a 2008.

Despesas Realizadas do Governo com Assistência Social (milhões de R\$)

<i>Ano</i>	<i>Nominal</i>	<i>Atualizado</i>	<i>Part. PIB (%)</i>
2003	8.416	13.077	0,50%
2004	13.863	19.690	0,71%
2005	15.806	21.186	0,74%
2006	21.551	28.395	0,91%
2007	24.709	30.978	0,93%
2008	28.839	32.503	0,95%
2009	33.327	36.903	1,05%
2010	39.103	41.019	1,06%
2011*	41.700	41.700	1,01%
2012*	54.100	54.100	1,19%

* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012

Fonte Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

Bolsa Família: Crescimento em número de famílias e montante pago por família.

Bolsa Família: Famílias Atendidas, Despesa Total e Despesa Média

Ano	Famílias atendidas (em milhares)	Orçamento (em milhões R\$)	Orçamento médio por família (R\$)
2004	6.683	5.289	791
2005	8.700	6.386	734
2006	10.966	7.638	697
2007	11.100	8.756	789
2008	11.100	10.522	948
2009	11.100	11.434	1.030
2010	12.700	13.110	1.032
2011	12.700	13.400	1.055
2012	13.500	19.300	1.430

Fonte: Apresentação do Ministro do Planejamento - PLOA 2011 e Orçamento Federal ao Alcance de Todos 2012

Saúde: Gasto não tem relação com arrecadação da CPMF

Despesas Realizadas do Governo com Saúde (milhões de R\$)

<i>Ano</i>	<i>Nominal</i>	<i>Atualizado</i>	<i>Part. PIB (%)</i>
2003	27.172	42.220	1,60%
2004	32.973	46.832	1,70%
2005	36.483	48.900	1,70%
2006	39.736	52.354	1,68%
2007	44.930	56.330	1,69%
2008	49.211	55.463	1,62%
2009	57.085	63.209	1,79%
2010	60.619	63.589	1,65%
2011*	68.500	60.811	1,67%
2012*	79.500	79.500	1,75%

* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012

Fonte Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

Saúde: Gasto não tem relação com arrecadação da CPMF

Participação das Despesas com Saúde no Orçamento Federal

Ano	Saúde (bilhões R\$)	Orçamento total (bilhões R\$)	Partic. da saúde no orçamento (%)
2006	39,7	1.186,3	3,3%
2007	44,9	1.232,2	3,6%
2008	49,2	1.302,6	3,8%
2009	57,1	1.482,3	3,9%
2010	60,6	1.573,1	3,9%
2011*	68,5	2.048,1	3,3%
2012*	79,5	2.225,1	3,6%

* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012

Fonte Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

Educação: Aumento do Gasto de 3 bilhões em 2008.

Despesas do Governo com Educação (milhares de R\$)

<i>Ano</i>	<i>Nominal</i>	<i>Atualizado</i>	<i>Part. PIB (%)</i>
2003	14.224	22.102	0,84%
2004	14.533	20.641	0,75%
2005	16.188	21.697	0,75%
2006	17.336	22.841	0,73%
2007	21.498	26.953	0,81%
2008	25.069	28.254	0,83%
2009	33.079	36.628	1,04%
2010	44.062	46.220	1,20%
2011*	56.700	56.700	1,38%
2012*	66.500	66.500	1,47%

* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012

Fonte Tesouro Nacional e Ministério do Planejamento

Investimentos do Governo Federal Crescentes

Investimentos do Governo Federal

<i>Ano</i>	<i>Investimento Nominal</i>	<i>Investimento Atualizado IPCA</i>	<i>Part. (%) PIB.</i>
2006	11.900	15.130	0,50%
2007	13.800	16.797	0,52%
2008	28.300	32.526	0,93%
2009	35.300	38.895	1,11%
2010	44.300	46.088	1,21%
2011*	51.400	51.400	1,25%
2012*	57.900	57.900	1,28%

* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012.

Fonte: Ministério do Planejamento - Orçamento Federal ao Alcance de Todos 2011 e 2012



ALTERNATIVAS AOS RECURSOS GASTOS POR UMA NOVA CONTRIBUIÇÃO

Principais Conclusões:

- As OSS (organizações sociais na área de saúde) do estado de São Paulo conseguem alcançar uma eficiência técnica (número de altas por leito) 30,4% maior que os hospitais públicos diretamente administrados, a um custo 5,4% menor.
- Isso significa uma eficiência combinada 36% superior. Se extrapolarmos esse índice para o orçamento total da União com saúde em 2011, teríamos, em valores absolutos, um montante adicional de recursos equivalente a **R\$ 23 bilhões de reais!**

Em 2007, o próprio Governo apontou necessidade de controle de gastos com Funcionalismo

- Proposta de Lei Complementar (PLC 01/2007) para controlar o aumento de gastos com funcionalismo nos seguintes termos:

LIMITE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

=

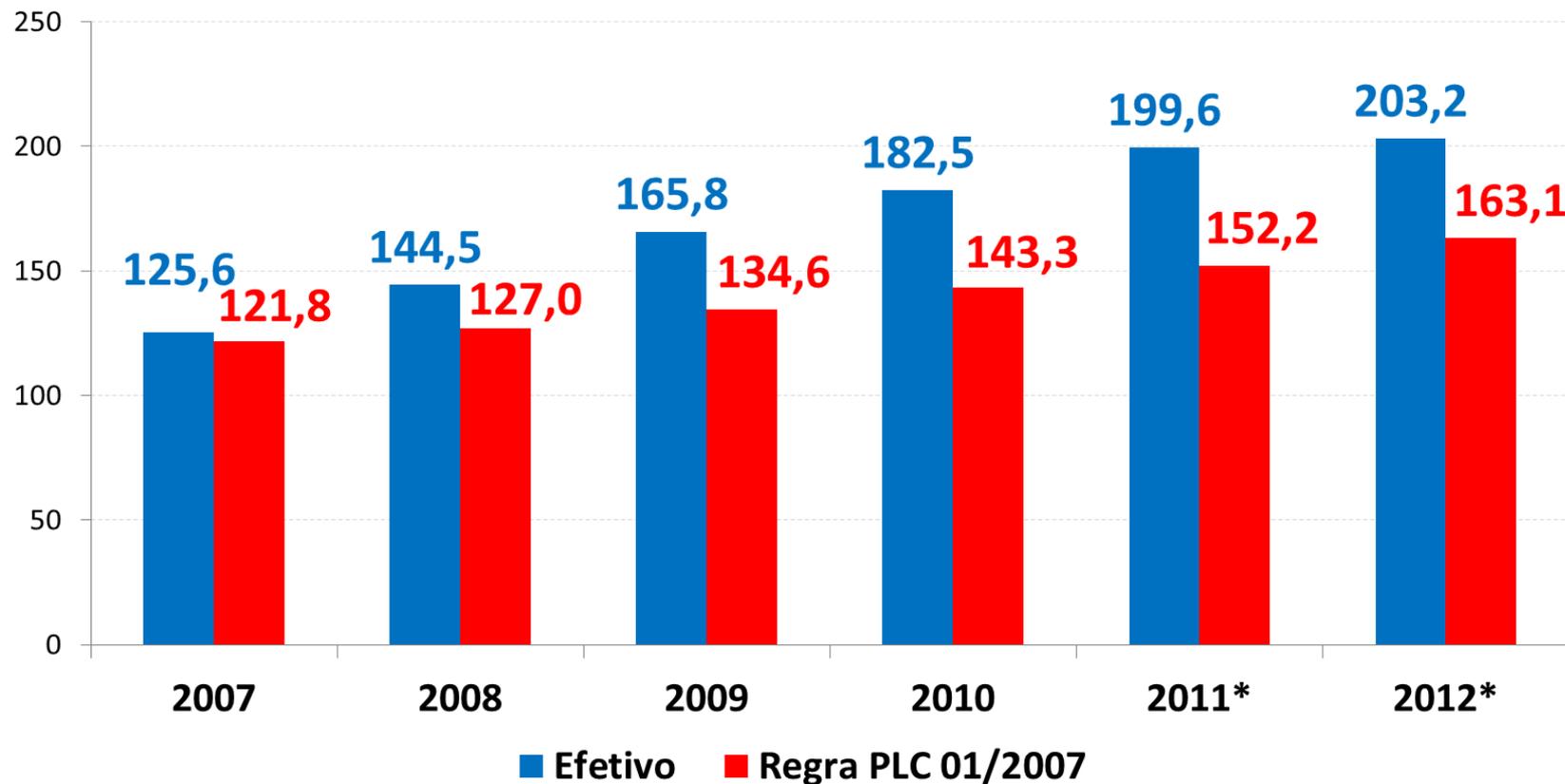
**Valor liquidado (t-1) + Correção pelo IPCA (abril t-2 a março t-1)
+ 1,5%**

Caso regra fosse seguida: Economia de R\$ 179,2 bilhões em 6 anos.

- Se o governo aplicasse efetivamente a medida, de 2007 a 2012 economizaria aproximadamente:
 - R\$ 179,2 bilhões
- Os dados não consideram os gastos com juros pagos para financiar estes pagamentos.
- Estimativa feita assessoria técnica do Dep. Arnaldo Madeira (PSDB) estimou economia de R\$ 85 bilhões até 2009.

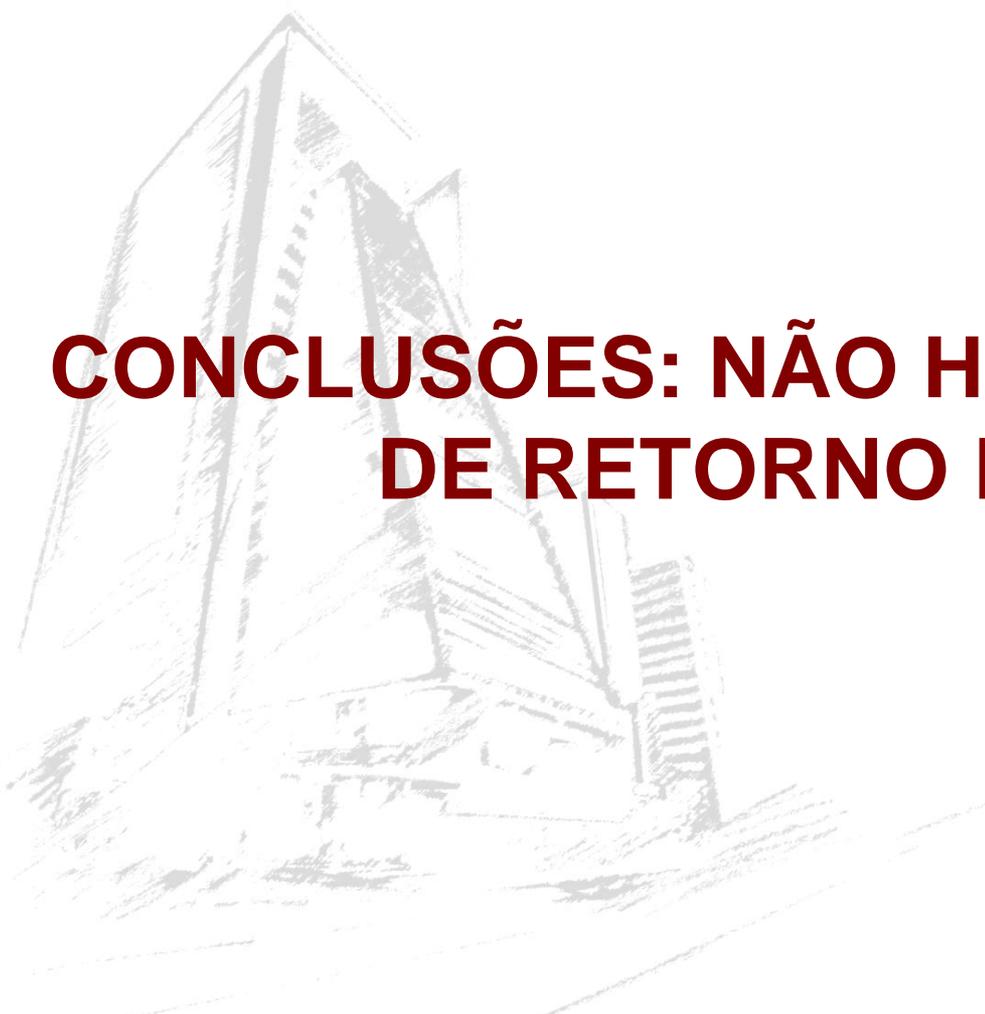
Se a regra proposta tivesse sido adotada a partir de 2007, em 2010, a folha seria R\$ 39 bilhões inferior e, em 2011, R\$ 47 bi.

Gasto com pessoal e encargos sociais: Efetivo e Regra PLC 01/2007 (em R\$ bilhões)



* Orçamento previsto na PLOA – 2011 e 2012.

Fonte: Tesouro Nacional



CONCLUSÕES: NÃO HÁ NECESSIDADE DE RETORNO DA CPMF

CPMF: Fonte geradora de distorções em diversas áreas.

- Contribuições sobre movimentação financeira possuem diversos problemas:
 - Ineficientes, pois geram elevação do custo da dívida pública
 - Geram distorções no mercado de crédito ao elevar custos financeiros
 - Regressividade
 - Reduzem atividade econômica, conseqüentemente, reduzem também arrecadação de tributos
 - Incidência em cascata, penalizando desproporcionalmente atividade produtiva com elevado valor agregado.

CPMF: Não há necessidade de retorno, problema é prioridade e eficiência no gasto e não arrecadação.

- Arrecadação de tributos e carga tributária em trajetória de crescimento, mesmo após fim da CPMF em 2008.
- Previsões para 2012 projetam arrecadação próxima a R\$ 1,1 trilhão
- Fim da CPMF foi mais que compensada pela elevação da arrecadação dos anos posteriores e ampliação do IOF.
- Gastos sociais e saúde são determinados por vontade política e não estão atrelados a tributos específicos.